

Agenda dos Cidadãos: Práticas cívicas na Imprensa Regional Portuguesa

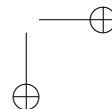
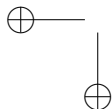
João Carlos Correia, Ricardo Morais, João Carlos Sousa
Laboratório de Comunicação e Conteúdos Online (LabCom/UBI), Portugal
E-mail: jcorreia@ubi.pt, rm.ricardomorais@gmail.com,
joacclsousa@gmail.com

O Projecto “Agenda dos Cidadãos: jornalismo e participação cívica nos *media* portuguesas” surgiu com o objectivo fundamental de identificar, fomentar e experimentar práticas jornalísticas que contribuam para reforçar o compromisso dos cidadãos com a comunidade e a deliberação democrática na esfera pública, numa perspectiva de fortalecimento da cidadania, seguindo a inspiração e o exemplo do chamado jornalismo público e, eventualmente, outras formas de jornalismo comunitário.

Trata-se de um projecto que mobiliza recursos da Universidade da Beira Interior (UBI) e do Laboratório de Comunicação e Conteúdos On-line (LAB-COM), apoiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), desenvolvido em parceria com a Associação Portuguesa de Imprensa (API), os Grupos Lena Comunicação e Controlinveste.

No estudo de caso que serve de suporte ao projecto foram incluídos os jornais “Grande Porto”, “Jornal da Bairrada”, “Jornal do Centro”, “Diário As Beiras”, “O Ribatejo”, “Vida Ribatejana”, “Região de Leiria”, “Jornal do Fundão” e “O Algarve”. A selecção destes periódicos teve em conta a articulação entre diversos critérios:

- a) assegurar alguma diversidade geográfica, com jornais do Norte, do Centro, do Sul, do Interior e Litoral;
- b) assegurar a presença no estudo de caso de jornais com influência comprovada ao nível das respectivas tiragens, audiências e circulação. Assim, entre os jornais seleccionados encontram-se publicações que ocupam as três primeiras posições no respectivo distrito, sendo mesmo de destacar alguns líderes de audiência, de acordo com a monitorização efectuada pela Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem e Circulação (APCT);
- c) assegurar a acessibilidade e o contacto flexível com os protagonistas fundamentais do estudo, nomeadamente os jornalistas e responsáveis editoriais

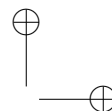
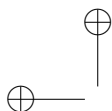


ais, tendo em linha de conta a existência de uma abordagem multidisciplinar e integrada que incluía o recurso a metodologias variadas, algumas das quais a exigirem uma coordenação exigente entre órgãos de comunicação social de todo o país. Refira-se nomeadamente o período experimental no decurso do qual os jornais seleccionados receberam sugestões dos leitores e da equipa investigadora, modificando algumas das suas estratégias e adoptando-as a práticas de maior relacionamento com os públicos, admitindo inclusive, reformular alguns elementos das respectivas agendas e práticas redactoriais.

Este projecto iniciou-se com o estabelecimento do contacto com os órgãos de comunicação, seguindo-se a selecção de uma amostra representativa de edições dos jornais, que foram submetidos a uma análise de conteúdo, a fim de caracterizar cada uma das publicações da imprensa regional, em função dos temas predominantes que se encontram nas suas páginas, bem como compreender que informações são veiculadas, assinalando diferenças e semelhanças, percebendo que tipo de discurso e as marcas de proximidade que existem com o público, numa tentativa de construir aquilo que se pode chamar de “agenda dos *media*”. Os resultados desta análise foram complementados com a realização de entrevistas e inquéritos em profundidade, junto das redacções de cada meio, para compreender algumas das estratégias utilizadas para a selecção e recolha de material noticioso.

Numa segunda fase foi desenvolvido um estudo de opinião longitudinal¹, com o objectivo de identificar as questões de interesse colectivo entendidas enquanto tais pelos cidadãos e leitores dos jornais, procurando com este dados criar uma agenda ditada pelos problemas, preocupações e temas considerados prioritários pelos cidadãos, aquilo que pode ser designado pela “agenda do cidadão”. Entre o primeiro e segundo momento do estudo de opinião, desenvolve-se uma fase de experimentação em que os jornais devem desenvolver trabalhos jornalísticos onde procederão à inclusão de sugestões, temas e observações efectuadas pelos assinantes no decurso da primeira sondagem.

1. Este estudo de opinião longitudinal divide-se em dois momentos, o primeiro, já realizado, decorreu em Março/Abril, e o segundo está previsto para Outubro/Novembro. Partindo das bases de dados de assinantes de cada um dos jornais, a selecção dos participantes foi efectuada segundo um procedimento aleatório. As entrevistas foram aplicadas com recurso à técnica telefónica, e basearam-se num questionário estruturado de perguntas abertas e fechadas.



No segundo momento do estudo de opinião procurar-se-á verificar qual a reacção dos públicos ao impacto das modificações introduzidas pelos jornais.

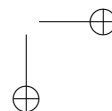
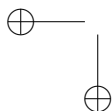
Acordou-se, que os jornais desenvolverão uma cobertura mais detalhada tendo em conta cada uma das questões seleccionadas pelo público, reflectindo na sua agenda as escolhas dos cidadãos identificadas como as questões mais importantes na comunidade.

O estudo de caso empírico, juntamente com um conjunto de conferências, encontros e publicações, pretende contribuir para uma reflexão teórica sobre as relações entre jornalismo, deliberação democrática, esfera pública e sociedade civil, e comparativamente com outras realidades e experiências similares em contextos profissionais, académicos e culturais, desenvolvendo o intercâmbio e a cooperação com consultores internacionais.

Enquadramento teórico

O campo do jornalismo em geral, e as práticas de construção noticiosa em particular, têm vindo a ser atravessadas, nos últimos anos, por um conjunto de desafios que emergem com a introdução das novas tecnologias e as alterações na recolha, tratamento e transmissão de informação que daí advêm. A realidade concreta das práticas jornalísticas, nomeadamente ao nível da construção noticiosa, já há muito tempo que se vem desenvolvendo no quadro de duas dinâmicas contraditórias: uma, de natureza profissional e que tem a ver com os objectivos informativos e os direitos do público à informação; e outra, de natureza comercial, gerada pelos imperativos económicos a que os *media* estão subordinados, e que, conforme cada *media* em concreto, transparece mais ou menos visivelmente nos critérios de selecção e de apresentação da informação (Mathien, 1992).

É neste contexto que emergiu um dos movimentos do jornalismo mais importantes dos últimos 30 anos, o jornalismo cívico ou público, como também é conhecido, que por oposição ao jornalismo tradicional, visou transformar o relacionamento com o público, através da referência ao reforço da participação dos públicos na cidadania e ao papel que o jornalismo pode desenvolver no reforço dessa participação (Dewey, 2004; Mesquita, 2002; Dahlgren e Sparks, 1991).



O jornalismo cívico ou público surgiu por volta de 1990, a partir da consciência crítica partilhada por académicos e jornalistas da falta de interesse das audiências na informação política mediada pelo jornalismo e, também, das baixas percentagens de envolvimento dos cidadãos nos processos democráticos, evidenciadas no declínio da participação em eleições. Segundo Schudson, tratou-se do movimento melhor estruturado no seio da história da imprensa norte-americana (1999, p. 118). O sucesso do movimento ficou a dever-se, em larga medida, à cooperação de organizações com preocupações de natureza cívica que patrocinaram experiências, estabeleceram directivas de funcionamento e prepararam seminários, entre várias outras actividades que contribuíram para a sua consolidação. Segundo Nip (2006, p. 5), uma sondagem nacional promovida em 2001 entre os jornais americanos com uma circulação superior a 20.000 exemplares, demonstrou que 66% dos editores afirmava estar disposto a aceitar a etiqueta do jornalismo cívico ou, pelo menos, aprovavam a sua filosofia e métodos.

O jornalismo público norteia-se por uma perspectiva filosófica que atribui ao jornalismo grande parte da responsabilidade na participação e no debate público democrático. Porém, as sugestões do jornalismo público não surgiriam associadas a uma teoria do jornalismo logicamente desenvolvida, historicamente configurada e dotada de coerência interna (Haas, 2007, p. 68). Entre os seus fundamentos teóricos, susceptíveis de lhe serem associados, Haas e Steiner apontam a teoria do espaço público de Habermas, o debate entre John Dewey e Walter Lippman sobre o papel democrático do jornalismo, e a teoria da responsabilidade social da imprensa baseada no relatório de 1947 da Comissão Hutchins para a Liberdade de Imprensa. Esta fundamentou a função social da imprensa na responsabilidade que lhe compete de dotar os cidadãos com informação útil para a concretização útil do auto-governo democrático (cf. Haas and Steiner, 2006, p. 238).

O jornalismo público, através de alguns dos seus partidários mais proeminentes, vê na imprensa, um dinamizador central das práticas democráticas. Entre as suas principais características destacam-se: a) a necessidade de escutar sistematicamente as histórias e ideias dos cidadãos; b) a importância de examinar maneiras alternativas de abordar as histórias a partir dos temas que são considerados importantes pela comunidade; c) a relevância de escolher aquelas abordagens, na apresentação dos temas, que ofereçam maior oportunidade para estimular a deliberação cidadã; d) informar acerca dos problemas

públicos relevantes, de um modo que aumente o conhecimento do público acerca das possíveis soluções e acerca dos valores comprometidos nas opções alternativas; e) prestar sistematicamente atenção à qualidade da relação comunicativa com o público.

Hoje, assiste-se a uma segunda fase do jornalismo cívico, fortemente relacionada com os progressos no jornalismo online. Significativamente o Civic Journalism Interest Group da Association for Education in Journalism and Mass Communication, que começou em 1994 durante os anos de formação do jornalismo cívico, virou-se para novas formas de expressão do empenhamento cívico através do jornalismo participativo e do cidadão, conduzindo a uma mudança correspondente do nome do grupo para Civic and Citizen Journalism Interest Group, em 2005. A solução encontrada foi a reorientação do jornalismo público no sentido de aproveitar a interactividade prometida pelo online para aprofundar dinâmicas participativas.

O ponto central que este texto foca é que o jornalismo cívico é sobretudo um conjunto de experiências e uma intuição ético-filosófica, desenvolvida de uma forma prolífera, mas à qual faltou a sistematização teórica. Falta-lhe uma concepção estruturada de deliberação e o desenvolvimento consistente de objectivos, nomeadamente aplicáveis às esperanças despertadas pelas novas tecnologias. Todavia, foi e é um excelente laboratório de pesquisa no relacionamento com o público e pode, nesse sentido, constituir-se como um manancial de exemplos e de metodologias, de experiências a realizar, nomeadamente em observatórios de *media*.

O lançamento de reuniões comunitárias, a feitura de sondagens deliberativas dirigidas para a identificação dos temas realçados pelas pessoas, a cobertura extensiva dos mesmos temas, a criação de oportunidades para a sua discussão, o lançamento de painéis de cidadãos, conferências de cidadãos e de fóruns com a participação dos decisores foram alguns dos esforços desenvolvidos na sequência desta reflexão sobre o papel dos *media*. A estes instrumentos podemos acrescentar as experiências de *civic mapping* e o recurso aos métodos etnográficos para fundamentar técnicas de reportagem adequadas à representação de grupos dotados de menor visibilidade social.

Apesar de, também no campo metodológico, ser difícil fazer a uma caracterização sistemática do que significa «fazer jornalismo público», o optimismo experimentalista que motivou o movimento acabou por despertar um conjunto de possibilidades aplicáveis aos vários aspectos da análise da produção noti-

ciosa, as quais podem ser especialmente interessantes no desenvolvimento de uma análise global de processos jornalísticos (Strelow, 2010; Correia, 2008; Borges e Correia, 2010).

Assim, apesar da perspectiva crítica que deve acompanhar a recepção do jornalismo público, acredita-se que é possível, especialmente em cidades de pequena e média dimensão, servidas pela imprensa regional, colocar como hipótese o recurso a algumas das sugestões testadas, direccionadas por estas formas de jornalismo. Não se trata de pretender defender uma transposição automática do Jornalismo Cívico – ele próprio, um fenómeno diverso e multifacetado com diferentes graus de sucesso na sua concretização – mas sim do desenvolvimento e da aplicação de algumas das suas características de acordo com algumas potencialidades existentes no universo da Imprensa Regional.

O desenvolvimento do projecto

O projecto intitulado “Agenda dos Cidadãos: jornalismo e participação cívica nos *media* portugueses” surgiu como uma experiência que visa responder a alguns destes desafios, usando um grupo de jornais regionais portugueses. Para que a sua concretização fosse uma realidade, definiu-se um conjunto de procedimentos e de etapas a percorrer. Não era possível pensar em identificar as questões de interesse colectivo entendidas enquanto tais pelos cidadãos, e a partir daí criar uma agenda ditada pelos seus interesses, originando aquilo que pode ser designado por “agenda do cidadão”, sem que antes se analisassem as práticas de construção noticiosa de cada um dos *media*, sob pena de se partir do pressuposto de que existem já meios que procuram fomentar a participação e uma cultura cívicas. Tal implicava a efectivação de uma análise de conteúdo. Por outro lado, também se impunha proceder à compreensão do modo como os valores norteados pelo jornalismo cívico poderiam colidir ou articularem-se com o profissionalismo jornalístico, e conhecer o discurso que os jornalistas efectuavam sobre a natureza do seu trabalho (a sua auto-representação profissional), o que implicava inquirir os jornalistas e entrevistar os directores dos órgãos de informação. Estas duas etapas foram já concretizadas, estando neste momento concretizada ainda uma primeira sondagem em que se procura responder à forma como os cidadãos se sentem identificados com a “agenda dos *media*” e o que sugerem no sentido da alteração da mesma.

No presente artigo não se efectua uma apresentação exaustiva de todos os resultados obtidos através das diversas técnicas já utilizadas no âmbito do projecto (até porque dada a quantidade e riqueza dos mesmos seria impossível condensá-los num texto com esta dimensão), mas apenas se salientam algumas tendências que se consideram mais importantes, antecipando pistas para a compreensão do trabalho futuro a desenvolver no âmbito da investigação.

Procedimentos Metodológicos

Enquanto projecto de investigação que procura reflectir criticamente sobre as relações entre jornalismo, deliberação democrática, esfera pública e sociedade civil, ao mesmo tempo que apresenta uma reflexão sobre as potencialidades do jornalismo público no contexto da imprensa regional, o projecto “Agenda do cidadão: jornalismo e participação cívica nos portugueses”, no que diz respeito ao enquadramento da investigação, funciona como um estudo de caso múltiplo.

O estudo de caso é um trabalho empírico que consiste na investigação de determinado fenómeno em contexto real, através de diferentes formas de recolher dados (Yin, 1989). Rossman e Rallis (2003) entendem que os estudos de caso “procuram compreender um fenómeno global através da análise em profundidade de um caso específico e, portanto, centrada no particular” (p. 104). Neste projecto em particular, o estudo de caso desenvolvido teve como característica o facto de se realizar em diferentes jornais ao mesmo tempo, sendo por isso um estudo de caso múltiplo ou “design de caso múltiplo” (Yin, 1989, p. 52).

No que diz respeito aos instrumentos de recolha de dados, as diferentes etapas do projecto têm associada uma técnica específica, desde a análise de conteúdo dos jornais, passando pelos inquéritos por questionário aos jornalistas que compõem as redacções e as entrevistas a cada director, até ao estudo de opinião longitudinal, por meio de sondagem telefónica, de uma amostra dos leitores de cada jornal. Cada uma destas técnicas foi escolhida tendo em conta os objectivos do projecto.

Assim, apesar de neste artigo não se pretender apresentar todos os dados já recolhidos, expõem-se sucintamente os aspectos metodológicos subjacentes às técnicas de recolha de dados já terminadas bem como alguns dos dados respectivos, no sentido de permitir uma primeira reflexão.

Análise de Conteúdo

Entende-se que a análise de conteúdo, enquanto técnica de investigação sobre o jornalismo e a comunicação de massas com forte expansão nos anos 50 (Bardin, 1977), permite identificar quais os temas escolhidos por cada jornal para serem abordados, mas também inferir sobre o que os meios de comunicação analisados oferecem ao seu público, procurando perceber as razões para essas escolhas. “Ao invés de entrevistar o leitor sobre os seus hábitos de leitura, utiliza-se o processo inverso, ou seja, analisar aquilo que é oferecido ao leitor, assumindo que aquilo que o leitor lê no jornal da sua escolha reflecte as suas atitudes e valores em relação ao facto noticiado” (Marques de Melo *et al.*, 1999; p. 4 *cit. in* Sousa, 2004, p. 50).

Assim, sendo o universo da presente análise composto por nove jornais, dos quais oito são semanários, e apenas um é diário, em termos cronológicos, foram recolhidas edições das nove publicações, no período compreendido entre o dia 1 de Fevereiro de 2010 e 31 de Maio do mesmo ano, perfazendo um total de 17 semanas, o que equivale a uma recolha de 236 exemplares. A partir deste universo foi calculado uma amostra representativa, fundamentada na impossibilidade logística e temporal de se proceder a uma análise de toda a população.²

Por uma questão de representatividade do jornal diário na amostra, decidiu-se que esta seria constituída por seis edições, que representariam uma semana “completa” desta publicação, ou seja, todas as edições estariam representadas. Por outro lado, por uma questão de uniformização, decidiu-se também analisar seis edições dos jornais semanários. Foi assim analisado um total de 54 edições (que resultaram num total de 3602 peças). Desta forma, conseguiu-se obter uma amostra representativa, com um erro de amostragem de 1,63% e um grau de confiança associado de 95%. Sobre o processo de amostragem, sublinhe-se que este seguiu um procedimento aleatório para as publicações com tiragem semanal, já para o único diário em análise seguiu-se um procedimento por amostragem aleatória sistemática.

Uma vez definida a amostra a estudar, procedeu-se à criação de unidades de registo que, por sua vez, têm associados um conjunto de indicadores ou

2. Entretanto, dos nove jornais inicialmente parceiro no projecto, o Vida Ribatejana encerrou a sua redacção, constando ainda na análise de conteúdo, mas não nos seguintes momentos do projecto.

categorias de análise passíveis de serem submetidos à regra da enumeração ou classificação. O trabalho de análise de conteúdo foi assim feito com base numa grelha a partir da qual se calcularam os valores absolutos. Neste sentido, utilizou-se o software SPSS para a constituição da respectiva base de dados de acordo com um conjunto de categorias e respectivas variáveis.

Partindo dos objectivos do projecto, definiram-se categorias tendo em conta que são essas categorias, previamente estabelecidas e delimitadas, que enquadram e englobam o objecto de estudo, diferenciando os diversos aspectos daquilo que se pretende analisar.

Partindo desta ideia, em termos de categorização, não se optou por considerar as divisões mais usadas nas secções dos próprios jornais regionais estudados, mas procurou-se antes submeter todos os textos a um crivo mais rigoroso, onde o tema principal da peça apenas é identificado, após a leitura do artigo, com a presença simultânea da temática no título e no *lead*, a referência na entrada do texto e o assunto mais abordado pelas declarações das fontes.

Conhecidas as regras de classificação nesta categoria, procedeu-se a uma contabilização das peças de acordo com as seguintes categorias: Economia, Ambiente, Educação e Ciência, Política, Cultura, Polícia e Justiça, Saúde, Religião, Urbanismo e Transportes, Turismo, Pobreza e Exclusão Social, Associativismo. De forma a não se correr o risco de um tema ser englobado em mais do que uma temática, criaram-se também subtemáticas, de forma a delimitar claramente o tema da peça analisada.

Esta categoria temática, no contexto da primeira fase do projecto, revela-se particularmente importante porque permite conhecer as temáticas mais abordadas nos jornais, verificando não só a frequência dos diferentes sectores temáticos na amplitude global do jornal, como também a ordem por que estão disponibilizados na publicação, uma vez que ambos os factores influem na percepção da construção noticiosa.

Directamente associada à categorização temática, a questão dos géneros jornalísticos utilizados no tratamento noticioso foi também alvo de análise. Da mesma forma, as chamadas à primeira página dos jornais foram escrutinadas, de acordo com seis formatos para ordenar de maneira decrescente a importância dada pelo jornal a essa temática, em termos de visibilidade: “manchete com foto”, “manchete sem foto”, “chamada com foto”, “chamada sem foto”, “foto-legenda” e “chamada-título”.

Tendo em conta os objectivos da investigação, analisou-se também o relacionamento entre os jornalistas e as suas fontes. Esta questão é particularmente importante para um conhecimento aprofundado das práticas jornalísticas, sobretudo no contexto da imprensa regional, assente na ideia da proximidade. Por outro lado, a análise das fontes lança dados sobre a construção da agenda jornalística, ou seja, se esta resulta de uma procura autónoma por parte do jornalista, ou corresponde a iniciativas agendadas pelas fontes dominantes, aspectos decisivos para um jornalismo que procura interpelar os cidadãos a participarem na vida pública.

Neste sentido, analisaram-se as fontes seguindo, não um quadro de classificação rígido, mas tendo em conta as várias tipologias e optou-se pelos aspectos que melhor servem os objectivos da investigação. Assim, examinaram-se as fontes na sua relação com o jornal, ou seja, na linha do que dissemos anteriormente, se está perante uma iniciativa interna, do próprio jornalista, ou por sua vez, uma iniciativa externa ao jornal. Em relação ao estatuto da fonte, teve-se em conta a natureza da distinção entre instituições originárias do Estado e instituições oriundas da sociedade civil. Com base nesta distinção, considerou-se a existência de fontes oficiais, aquelas que emergem ou estão directamente ligadas ao Estado e organismos da Administração Central e Local (Juntas de Freguesia, Câmaras Municipais, instituições de carácter governamental, etc.), e por outro lado, não oficiais, para caracterizar todas as outras instituições que surgem através da sociedade civil. Por fim, em relação às características das fontes, estas podem ser humanas ou documentais (Crato, 2002).

Outro aspecto analisado, e importante no contexto da construção noticiosa, tem a ver com a confrontação de diferentes actores e vozes numa peça. A partir deste dado pode-se verificar quem são os actores privilegiados e ao mesmo tempo inferir sobre a ausência sistemática de outros indivíduos e/ou grupos do cenário informativo difundido pela imprensa regional. De capital importância é também conhecer a narrativa jornalística no que diz respeito à identificação clara da fonte, citando rigorosamente a informação fornecida, ou por sua vez apenas uma referência à fonte, sem citações. Desta forma distingue-se entre actores referidos, citados (quer através do discurso directo, quer através de declarações que lhes são atribuídas) e textos sem referências nem citações.

Por fim, faz-se um levantamento dos critérios de selecção da informação, também designados de “valores notícia” ou “critérios de noticiabilidade”, aspectos que determinam a importância que um facto ou acontecimento tem para ser noticiado. Os “valores notícia” ganham relevância no contexto de uma reflexão sobre as possibilidades do jornalismo público, movimento que propõe uma renovação de alguns destes valores tradicionais.

Para um melhor conhecimento das práticas de construção noticiosa dos jornais em estudo, efectuou-se ainda uma leitura cruzada das diferentes categorias apresentadas, por forma, a aferir as tendências mais importantes e lançar pistas para a compreensão do trabalho futuro a desenvolver no âmbito do projecto de investigação.

Inquérito por questionário

Nesta fase do projecto, o objecto de estudo foi o jornalista enquanto profissional da informação, nomeadamente na perspectiva do jornalismo regional e da sua relação com os cidadãos. Neste contexto o inquérito por questionário apresentou-se-nos como a técnica mais adequada quando se pretende “captar” um fenómeno específico de determinada população, isto é, conhecer a opinião e atitude perante certas singularidades da prática jornalística.

Assim, no âmbito do projecto, foi aplicado um inquérito on-line, através de uma ferramenta informática desenvolvida no LABCOM, a partir de uma população alvo de 45 jornalistas, distribuídos de forma não uniforme pelos oito jornais participantes, obtendo-se um total de 34 inquéritos, o que equivale a uma taxa de resposta de cerca de 75,6%.

Em termos morfológicos, a versão final do inquérito foi exclusivamente composta por “questões fechadas”, mas abrangentes, e que se coadunam com o objecto em análise. Esta tipologia de questões tem ao nível operacional, mais precisamente no momento do tratamento e análise dos dados, a sua grande vantagem, dado que a codificação se preconiza de modo mais sintético.

Conhecidas as regras gerais de aplicação do inquérito, sintetiza-se agora a estrutura adoptada no inquérito. Assim, começaram por se caracterizar, de forma breve, os jornalistas regionais inquiridos, para de seguida se analisar o papel destes na recolha de informação, assim como os critérios que contribuem para essa selecção. Terminou-se procurando perceber qual o papel que

o jornalista tem na relação directa com os leitores da imprensa regional, com o intuito de saber se este pode, para além de informar, assumir-se como agente promotor do debate e da participação dos cidadãos.

Apresentação e discussão dos resultados

Tendo em consideração os objectivos do estudo, apresentam-se de seguida os principais resultados dos três momentos já concluídos em termos de investigação. Não sendo o objectivo uma apresentação exaustiva, considera-se oportuno salientar algumas tendências e lançar alguns elementos indicadores para a reflexão. Optou-se ainda por não fazer uma distinção por secções na apresentação dos dados, uma vez que eles se encontram relacionados entre si e, nesse sentido, decidiu-se articular os dados resultantes das diferentes etapas no decorrer da exposição. Assim, importa, em primeiro lugar, aferir o número de peças analisadas e a sua distribuição pelos respectivos jornais.

Tabela 1: **Número total de peças analisadas e distribuição por jornal**

Jornais	Nº de peças	Percentagem
Jornal da Bairrada	518	14 %
Região de Leiria	436	12 %
O Ribatejo	432	12 %
Grande Porto	368	10 %
Jornal do Centro	253	7 %
O Algarve	327	9 %
Jornal do Fundão	611	17 %
Vida Ribatejana	275	8 %
Diário As Beiras	382	11 %
Total de peças	3602	100 %

n = 3602 (Nº total de peças analisadas nos jornais que constituem a amostra)

Nos 54 exemplares que fizeram parte da amostra foram analisadas um total de 3602 peças. As 6 edições do “Jornal do Fundão” analisadas detêm no conjunto o maior número de peças (611; 17%), seguidas das edições do “Jornal da Bairrada” (518; 14%), “Região de Leiria” (436; 12%) e “O Ribatejo”

(432; 12%). Os quatro jornais que, no conjunto, têm mais de metade (55%) das peças analisadas (Tabela 1).

Conhecida a distribuição das peças analisadas por jornais, passou-se de seguida aos dados obtidos na primeira categoria de análise, ou seja, a temática como uma das dimensões incontornáveis na constituição e materialização da agenda dos *media*.

A identificação dos temas mais abordados incidiu sobre dois aspectos fundamentais da hipótese do *agenda setting*, segundo a qual existe uma relação entre os temas abordados pelos meios de comunicação e a relevância que é dada a esses temas pelo público. Refere-se, em primeiro, à acumulação, ou seja, à capacidade que os *media* têm de dar relevância a um determinado tema, destacando-o do imenso conjunto de acontecimentos diários, e ao mesmo tempo, faze-lo de uma forma contínua, com repetições na cobertura. Em segundo, a tematização, que está implicitamente ligada à centralidade, ou seja, é a capacidade de dar o destaque necessário a um determinado assunto, de modo a chamar a atenção a este respeito. Para Wolf a tematização consiste na definição do foco da atenção do público diariamente. “A informação escrita organiza-se em torno da memória dos acontecimentos” (Wolf, 2002, p.146). Com efeito, no contexto da presente análise, a construção de uma agenda por parte dos oito parceiros do projecto, passa substancialmente pela maior ou menor ênfase temática. Assim, considera-se de todo relevante frisar a distribuição das 3602 peças jornalísticas analisadas, por temática.

A distribuição temática das peças assume contornos relevantes, na análise e interpretação das prioridades de agendamento, numa qualquer publicação jornalística. “Conhecer o perfil temático de um jornal ajuda-nos a perceber qual é a sua política editorial, de que se fazem as suas histórias, como são contadas, por quem, e como se organizam no espaço noticioso” (Amaral, 2006, p. 54). Assim, o tema escolhido de uma peça e a sua maior ou menor frequência pode, de certa forma, denunciar uma intenção de sublinhar e até de trazer para a discussão no espaço público, a problemática que lhe está inerentemente associada. Desta forma, a partir da tabela 2, pode-se verificar um claro predomínio de três grandes áreas temáticas, sendo estas, a “Economia” com 13,3% das peças analisadas, a “Política” com 15,9% e finalmente, de uma forma bem destacada, o conjunto de notícias ligadas a iniciativas e factos de índole cultural com 19,5%.

Tabela 2: Número total de peças analisadas e distribuição por jornal

Jornais	Nº de peças	Percentagem
Cultura	701	19,5%
Política	571	15,9%
Economia	480	13,3%
Associativismo	323	9%
Educação e Ciência	302	8,4%
Urbanismo e Transportes	275	7,6%
Polícia e justiça	237	6,6%
Saúde	180	5%
Ambiente	126	3,5%
Religião	118	3,3%
Pobreza e Exclusão Social	95	2,6%
Novas Tecnologias	57	1,6%
Turismo	55	1,5%
Sociedade	50	1,4%
Agricultura e Pescas	21	0,7%
Outros temas	11	0,3%
Total de peças	3602	100 %

n = 3602 (Nº total de peças analisadas nos jornais que constituem a amostra)

Esta tríade temática destaca-se de modo bem vincado das restantes, sobretudo de temáticas que de certa forma seria esperado que apresentassem valores de frequência absoluta, e conseqüentemente relativa, mais elevados, pelo simples facto de dizerem respeito mais directamente à vida das pessoas, aos problemas sociais que mais tocam os cidadãos, como seriam os casos da “Pobreza e Exclusão Social” ou da “Saúde”. Estes dados que deixam já adivinhar duas práticas bem vincadas na construção noticiosa dos jornais em estudo, e que têm a ver com uma agenda jornalística que corresponde, em grande parte, às lógicas dos líderes e organizações políticas, e por outro lado um afastamento de certos temas que implicariam necessariamente a confrontação de actores e de vozes da sociedade civil, na elaboração da informação.

Já no que diz respeito às temáticas mais abordadas em cada jornal, pode-se verificar que a “Cultura” é de facto a temática que apresenta mais peças em quase todos os jornais. No entanto, existem jornais em que outras temáticas surgem com maior número de peças, como é o caso do “Jornal da Bairrada”, em que é o “Associativismo” que se apresenta como a principal temática (89 peças; 17,2% do total de peças do jornal); os casos do “Jornal do Centro” (55 peças; 21,7% do total de peças do jornal) e “O Algarve” (61 peças; 18,7% do total de peças do jornal), em que a “Economia” surge com maior número de peças, e o caso do Jornal “Vida Ribatejana” em que é a “Política” o tema mais abordado (48 peças; 17,5% do total de peças do jornal).

Apesar de tudo, confirma-se que em cada jornal individualmente, “Cultura”, “Política” e “Economia” são as três temáticas mais abordadas. O único jornal em que este facto não se verifica é no “Jornal da Bairrada” em que depois do “Associativismo”, as temáticas mais abordadas são a “Cultura” (68 peças; 13,1% do total de peças do jornal), a “Educação e a Ciência” e a “Religião” (ambas com 63 peças; 24,4% do total de peças do jornal).

Em termos genéricos, tal como já se referiu anteriormente, o domínio cultural assume-se com um vincado predomínio. Este facto, estatisticamente observável em 19,5% das peças, traduz-se numa forte preponderância de um “jornalismo de agenda” ou “jornalismo de serviço”, caracterizado precisamente pelo seu carácter de informações descritivas em relação a serviços e programação, conteúdos que aliás poderiam constar de uma secção de agenda.

Simultaneamente, este amplo espaço cultural parece tender a constituir-se como um privilegiado mecanismo de aproximação do jornal às comunidades envolventes, receptoras da construção noticiosa e editorial. Bem paradigmático desta estratégia, o “Jornal da Bairrada” evidencia traços que o enquadram numa tipologia de jornal que detém uma grande proximidade com os mais variados elementos comunitários. Porém, esta ligação parece consistir em moldes meramente descritivos. Esta ideia assenta, entre outros indícios, na constatação estatística, face ao facto de nas 484 peças jornalísticas analisadas no “Jornal da Bairrada”, se encontrarem 266 peças que são quanto ao género jornalístico, breves, em claro antagonismo com as 212 notícias, mas sobretudo, com peças jornalísticas que requerem uma maior profundidade analítica, como são os casos das reportagens com apenas um caso, ou as entrevistas que não vão além das cinco. No cômputo geral, dir-se-ia que o “Jornal da Bair-

rada” apresenta traços característicos locais e regionais, com um forte carácter de descrição e narração.

Voltando ao domínio da discussão das temáticas com maiores valores, no que toca ao número de peças jornalísticas, numa tentativa de interpretação destes dados, ter-se-á necessariamente de recorrer a duas dimensões circunstanciais que se pensa revestirem-se de grandes potencialidades analíticas. Das nove publicações analisadas, todas se inserem tanto num contexto espacial como temporal. (Giddens, 2005, p.14). Assim, o tempo e o espaço surgem como unidades que encetam permanentemente um diálogo entre ambos, permitindo assim uma permanente reconfiguração. Desta forma, está “aberta a porta” para o estabelecimento de uma permanente interligação entre o local e o global, dado o progressivo processo de descontextualização das práticas, bem como das próprias instituições sociais.

Tomarem-se o “tempo” e o “espaço” como categorias analíticas permite incluir, na equação que compõe a presente investigação, o circunstancialismo próprio de uma análise empírica de dados.

Estes aspectos servem para de certa forma enfatizar que uma parte do agendamento realizado num dado momento, poderia passar por sublinhar certos acontecimentos que efectivamente merecem ser transformados em notícia. Nesta linha de raciocínio, não será de estranhar que, uma parte significativa das peças passe por temáticas actualmente no centro da discussão no espaço público.

Tendo como objectivo uma maior operacionalização, conceberam-se ainda, para cada uma das dimensões temáticas em apreço, vários indicadores. Estes indicadores tornam a análise, mas também a fase da própria recolha dos dados, mais sistemática e objectiva.

Neste sentido, é interessante verificar que entre os assuntos que cabem dentro das temáticas, aquele que surge com mais peças dentro da “Política”, são as questões relacionadas com o poder autárquico (281 peças; 48,9% das peças desta temática), o que pode significar que as elites políticas já dominam as estratégias que lhes permitem marcar a agenda informativa, mas também que os próprios jornalistas encaram as fontes do campo da política em geral, e dos órgãos políticos e autárquicos em particular, como fontes fiéis que permitem assegurar as rotinas noticiosas dos jornais.

Analisando os géneros jornalísticos privilegiados para o tratamento das temáticas já indicadas, recolheram-se dados importantes, nomeadamente no que

diz respeito ao tipo de informação privilegiada pelos jornais, sobretudo peças dos géneros informativos, com as breves a destacarem-se (1537; 48,7%), seguidas de perto pelas notícias (1460; 46,3%).

Este dado permite complementar uma informação que se recolheu na análise, e que tem a ver com o facto de grande parte das publicações ter uma forte componente de agenda, sobretudo nas secções de “Cultura”, “Região” e “Local”, onde veiculam informação sobre acontecimentos que estão a decorrer ou irão decorrer, e que apesar da sua dimensão, constitui um sinal de proximidade em relação ao leitor.

Porém, os géneros reportagem e entrevista apresentam números pouco relevantes, o que no caso da reportagem, um trabalho mais aprofundado e exaustivo, se pode explicar pela falta de recursos humanos que normalmente caracterizam a imprensa regional. No entanto, este aspecto pode não ser suficiente para explicar o facto de este género ser tão pouco utilizado, quando este pode ser também um espaço para dar voz aos cidadãos, confrontando a posição destes com a dos poderes locais no tratamento de determinados assuntos. Salienta-se ainda que nos géneros opinativos, e olhando particularmente para as cartas dos leitores, estas representam apenas 1,7% (61) do total de peças analisadas.

Perante os dados pode-se concluir que as peças analisadas privilegiam um estilo narrativo-descritivo, característico dos géneros informativos, nomeadamente das breves e das notícias, em vez de um estilo analítico-interpretativo, mais frequente nos géneros opinativos e em especial nos artigos de opinião.

Já a distribuição por jornais, indica que o “Jornal do Fundão”, sendo o jornal que apresenta mais peças no geral, estas são sobretudo dos géneros informativos (548; 15,2%), por oposição ao jornal “Região de Leiria” que é a publicação que tem mais peças dos géneros opinativos (79; 2,2%).

Aprofundando a análise, cruzando as temáticas com os géneros utilizados para abordar as mesmas, a “Cultura”, enquanto temática com maior número de peças, é representada sobretudo através de géneros informativos (92,4%), nomeadamente notícias breves (54,6%), o que enfatiza a percepção de que existe uma forte componente de agenda, sobretudo nas secções de “Cultura”, e que exige os dados mínimos (o quê, quem e quando), não se verificando na maior parte dos casos um aprofundamento dos factos.

Já os temas da “Política” são privilegiados nos géneros opinativos, concretamente nas crónicas (48; 34,3%) e nos artigos de opinião (68; 48,6%). Im-

porta ainda salientar que os temas da política mostram uma tendência para um tratamento preferencial das forças, grupos partidários ou instituições político-partidárias, ao mesmo tempo que existe uma personalização no tratamento das questões políticas.

Centrando a análise nas cartas dos leitores, enquanto género opinativo através do qual os cidadãos têm oportunidade de apresentar a sua opinião e de se expressar sobre os mais diversos temas, salientamos que se o tema da “Política” está presente em parte das cartas (12), é acompanhado pelas questões do “Urbanismo e Transportes”, que marcam presença em igual número de cartas. O jornal “Região de Leiria” destaca-se enquanto publicação a apresentar o maior número de cartas dos leitores no geral, e também da última temática referida.

No entanto, este que é considerado por muitos o mais antigo fórum para o debate público, e que existe desde o surgimento da imprensa de massa ou até das primeiras manifestações de notícias impressas, como os panfletos (Wahl-Jorgensen, 2004, p. 79 *apud* Silva, 2007, p. 47), não é, de uma forma geral, em todos os jornais que fazem parte da amostra, privilegiado, sendo a secção das cartas do leitor na maioria dos casos constituída apenas por uma página (e em muitos casos apenas uma parte), permitindo apenas a publicação de uma carta por página, e em alguns casos, duas. A quantidade de opiniões por página não ultrapassou nunca as três cartas. Pode-se assim concluir que o espaço para a publicação das cartas dos leitores é reduzido o que levanta dúvidas quanto ao número de cartas recebidas e os critérios utilizados na selecção das mesmas. Exactamente por esta dúvida é que se questionaram os directores sobre o número de cartas recebidas e os critérios que determinam ou não a publicação das mesmas. As respostas indiciam que, apesar das diferenças entre jornais, o volume de cartas recebidas é superior ao número das que são publicadas. No que diz respeito aos critérios, as respostas vão no sentido de não serem publicadas cartas difamatórias ou anónimas, sendo as restantes, desde que focadas no interesse público, publicadas. A escassez de cartas será assim resultado da ausência de assuntos de interesse público (ou de desinteresse ou apatia em relação aos mesmos) e, por outro lado, do facto de muitas cartas recebidas serem ofensivas.

Os próprios jornalistas, quando confrontados com o espaço dedicado aos cidadãos, não têm dúvidas em afirmar que este espaço devia ser maior (65%), por oposição a 35% dos jornalistas que defende que o espaço que é disponi-

bilizado é suficiente. Salienta-se ainda o facto de nenhum dos inquiridos ter manifestado que o espaço dado aos leitores é excessivo. Os próprios directores para além da indicação dos critérios utilizados na selecção, referem esta falta de espaço. “Gostava de ter mais espaço, porque na realidade já percebemos que é das coisas que as pessoas mais gostam de ver no jornal, e por outro lado há cartas que dão trabalhos jornalísticos” (Patrícia Duarte, Directora do Região de Leiria).

Aprofundando a análise dos temas, mas também procurando perceber de que forma estes são valorizados a ponto de se destacarem nos jornais em relação às restantes temáticas, procedeu-se à análise das primeiras páginas das publicações regionais, partindo do pressuposto que as capas dos jornais definem o essencial das preocupações editoriais de cada publicação e os temas com mais impacto social.

Neste sentido, a “Política” surge como a temática que mais se destaca nas primeiras páginas das 54 publicações analisadas, estando presente em 80 (21%) das 382 peças com chamada à primeira página. Seguem-se os temas de “Economia” (65; 17%), os da “Policia e Justiça” (45; 12%) e os de “Urbanismo e Transportes” (42; 11%). Focando ainda mais a análise, percebe-se que dentro da temática da “Política”, são os assuntos relativos ao poder autárquico (48) que se destacam na capa dos jornais, evidenciando que a actividade política e as personalidades a ela ligadas, nomeadamente os actores do poder local, salientam-se na primeira página comprovando a importância que as elites e as questões políticas têm nas publicações regionais. Esta tendência é transversal a todos os jornais com excepção para o jornal “Região de Leiria” que privilegia as questões económicas. No extremo oposto encontra-se o jornal “Grande Porto”, publicação onde as peças da temática da “Política” surgem com maior número não só em relação a todas as temáticas que são chamadas à primeira página, mas também em relação a todos os outros jornais.

Acompanhando a evolução verificada no grafismo dos jornais, as chamadas à primeira página distinguem-se pela sua visibilidade, e nesse sentido, as peças sobre os temas da “Política” marcam presença na primeira página das publicações sobretudo através de “manchetes com foto”. O mesmo acontece em relação às peças sobre “Economia”. Por outro lado, evidencia-se uma fragmentação da primeira página, com um crescimento das “chamadas com foto”,

onde se destacam nestes casos as temáticas da “Cultura” (23), da “Política” (19) e da “Economia” (11).

Conhecendo as temáticas que marcam a agenda dos jornais analisados, mas também os géneros privilegiados para a sua apresentação, e até o destaque que estas merecem na disposição dos conteúdos nas publicações, concretamente no que à primeira página diz respeito, não se pode deixar de analisar a questão da proveniência da informação isto é, as fontes de informação. Partindo da ideia de que é “a acção das fontes e dos jornalistas que determina e influencia a orientação e o conteúdo das notícias” (Amaral, 2006, p. 36), procurou-se verificar que tipo de fontes domina o espaço informativo regional e de que forma estas marcam a agenda dos jornais e as respectivas práticas de construção noticiosa

Em primeiro lugar, pode-se afirmar que os dados obtidos parecem indicar uma tendência dos jornais analisados para identificarem as fontes numa notícia, procurando desta forma credibilizar o discurso jornalístico. “Entre um discurso jornalístico com fontes que pretendem garantir a sua visibilidade e um outro onde as fontes se ocultam no anonimato, por protecção ou salvaguarda da sua posição” (Amaral, 2006, p. 100) os jornais analisados orientam a sua actividade pela identificação das fontes.

Por outro lado, os dados não deixam dúvidas quanto ao tipo de fontes que se destacam, tendo em conta as categorias anteriormente apresentadas. Assim, em relação ao jornal, o tipo de fontes mais usadas é externo, isto é, não são de iniciativa do próprio jornal, mas externas a este. Quanto às características da fonte, observa-se que existe um predomínio das fontes humanas ou pessoais em comparação com as fontes documentais. Isto significa que os jornais dão mais importância ao testemunho pessoal de quem participou ou presenciou o acontecimento, do que a informações provenientes de documentos, como são os comunicados à imprensa ou os estudos e relatórios.

Por sua vez, em relação ao estatuto da fonte, deve-se lembrar que a análise efectuada teve em conta a distinção entre a totalidade das organizações e instituições da sociedade civil, por oposição às estruturas originadas no Estado. Com base nesta distinção, duas categorias guiaram a análise: fontes oficiais, que resultam das entidades oficiais estatais, e fontes não oficiais, que resultam de todas as restantes instituições da sociedade civil não estatais. Deve-se ainda salientar que as fontes não oficiais, não representando os organismos que mantém um vínculo com o Estado, também não são repre-

sentativas do cidadão comum, mas apenas de organismos não estatais, mas da sociedade civil.

Dito isto, em relação ao estatuto da fonte o destaque não vai para as fontes oficiais, isto é, para as entidades oficiais, como as juntas de freguesia, as câmaras municipais, ou forças policiais, entre outros, mas sim para as fontes não oficiais, como colectividades, sindicatos, empresas, em suma, todas as instituições não estatais.³

Estes dados são realmente interessantes, uma vez que seria de esperar que as fontes fossem sobretudo oficiais, já que nos sistemas convencionais de jornalismo a preferência pelas fontes oficiais representa uma estratégia dos profissionais para obter dados fidedignos de personalidades reconhecidas, respaldadas pelo exercício de uma função pública. Como defende Mauro Wolf (1987 *cit in* Amaral, 2006, p. 40), “nos seus estudos de *newsmaking*, a eficiência do jornalista em definir as fontes é baseada na ideia de produtividade (quem mais produz mais interesse tem) em que o repórter recorre a determinadas fontes porque estas já possuem um capital de credibilidade e de autoridade. O que, de certo modo, motiva o predomínio de pessoas de maior prestígio, mais poderosas e de elite, e a ausência ou exclusão de outras fontes menos poderosas”.

Na imprensa regional, este predomínio das fontes oficiais é mesmo frequentemente considerado mais comum, uma vez que “os jornalistas estão mais próximos das instituições, privam mais facilmente com os seus representantes em contextos informais, alimentando uma relação para melhor acederem às informações. Este facto poderia conduzir a uma prática jornalística menos activa, sob o ponto de vista da procura de outras fontes, correspondendo a uma construção noticiosa maioritariamente agendada pela própria esfera institucional” (Amaral, 2006, p. 40).

Na realidade, não se verifica nenhum destes pressupostos nos dados que resultam da análise à nossa amostra, onde são as fontes não oficiais as privilegiadas. No entanto, encontramos parte da explicação para estes dados se tivermos em conta que a temática que tem mais peças na análise é a “Cultura”, e em relação à qual a maior parte das fontes efectivamente não é oficial (no

3. No inquérito aos jornalistas confirmámos estes resultados, com os profissionais da informação a afirmarem que utilizam frequentemente fontes externas e que elas são sobretudo não oficiais.

sentido em que resultam de pessoas que pertencem a instituições e organismos que não têm qualquer ligação com o Estado).

Assim, tendo em conta a identificação das fontes por categoria temática, percebe-se que se confirma a hipótese, sendo as temáticas da “Cultura”, “Economia” e “Associativismo” aquelas que mais privilegiam as fontes não oficiais. No entanto, olhando particularmente para as questões da “Política”, verifica-se que a diferença entre a utilização de fontes oficiais (46,3%) e não oficiais (53,7%) é menor que nas restantes temáticas. Pode-se encontrar explicação para estes dados na referida proximidade que existe entre os jornalistas regionais e as elites locais, e que se traduz numa agenda de contactos e informações regulares. Poder-se-á assim dizer que na origem de grande parte das notícias sobre “Política” no contexto regional, estão um conjunto de “canais de rotina”.

Os dados em relação ao tipo de fontes externas e internas dão precisamente conta desta tendência para os conteúdos noticiosos dos jornais analisados terem origem em informação planeada pelas fontes, no lugar de uma construção e iniciativa própria. Mas esta estratégia não é exclusiva das peças sobre questões políticas, verificando-se também em relação às restantes temáticas, evidenciando uma prática jornalística menos activa, sob o ponto de vista da investigação dos jornalistas, o que contribui para uma construção noticiosa maioritariamente agendada, ainda que na maior parte das peças, por fontes não oficiais. Não se pode contudo esquecer que o jornalismo regional está submetido a uma ordem no tempo e no espaço imposta pela necessidade de ter uma edição pronta todas os dias ou todas as semanas, o que pode funcionar como factor decisivo na escolha de fontes que produzem informação com regularidade e na mesma lógica das rotinas jornalísticas.

Por outro lado, é pertinente considerar, na lógica de alguns estudos sobre as práticas e rotinas produtivas na imprensa regional, que se verifica uma proliferação de fontes de informação, isto é, assiste-se a um aumento do número de fontes oficiais (Pinto, 1997). Pretende-se desta forma enfatizar que apesar das peças da imprensa regional analisadas serem tendencialmente orientadas para as fontes não oficiais (sem ligação ao Estado), isso não significa um maior espaço para a mobilização mediática da sociedade civil, isto é, para os cidadãos individualmente considerados.

Ainda no que diz respeito ao tratamento das fontes, é de especial importância analisar o destaque dado às fontes na constituição do discurso jorna-

lístico, ou seja, perceber como a narrativa jornalística incorpora as vozes das fontes, fazendo-lhe apenas referência ou identificando a fonte e citando rigorosamente a informação fornecida. A tendência que se evidenciou foi no sentido de utilizar, para além da referência, o próprio discurso dos actores. De acordo com Mauro Wolf, “se a credibilidade da história não pode ser rapidamente confirmada, o jornalista procura basear-se na credibilidade da fonte” (1987, p. 202), recorrendo para isso à citação directa dos actores envolvidos no acontecimento. Esta tendência verifica-se sobretudo quando a temática é a “Política” (328 peças; 46,8%). Parece existir assim uma certa personalização das questões políticas em torno de determinados actores, nomeadamente as elites políticas locais, e ao mesmo tempo uma tentativa de credibilizar o próprio discurso jornalístico sobre a matéria, atribuindo aos actores as próprias informações. Outra constatação interessante, e que decorre da anterior, está relacionada com o facto de o uso de fontes oficiais estar directamente ligado à tendência para os actores das peças serem referidos e citados (59,6%).

Tabela 3: Usar cidadãos como fonte citada em notícias...

Níveis de importância	Dá voz a quem tem poucas possibilidades de se exprimir publicamente		Dá menos garantias de credibilidade		Acrescenta pontos de vista que podem ser importantes		Não garante representatividade porque os cidadãos comuns falam apenas em nome pessoal	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1	10	29,4%	4	11,8%	18	52,9%	4	11,8%
2	16	47,1%	3	8,8%	10	29,4%	7	20,6%
3	5	14,7%	7	20,6%	2	5,9%	16	47,1%
4	3	8,8%	20	58,8%	4	11,8%	7	20,6%

Por outro lado, os resultados do inquérito aos jornalistas permitem complementar a análise em relação à incorporação de vozes na narrativa jornalística (Tabela 3). Percebe-se desta forma que o uso da voz de cidadãos comuns como fontes citadas em notícias é considerado um mecanismo para conferir alguma visibilidade a quem tem poucas possibilidades de se exprimir. Os jornalistas não encaram que este dê menos garantias de credibilidade, ou não

garanta a representatividade, porque os cidadãos comuns falam apenas em nome pessoal.

Esta perspectiva, de usar os cidadãos enquanto fontes, está directamente relacionada com um dos ideais do movimento de jornalismo público, ou seja, que para “reconectar os cidadãos à vida pública, potencializar a capacidade de deliberação da cidadania, oferecer informação com vistas à participação” (Castellanos, 2003, *cit. in* Costa, 2006, p. 135), é necessária a presença da participação cidadã na construção da agenda dos meios, isto é, estabelecendo juntamente com os cidadãos os temas de interesse público, as prioridades informativas e os enfoques.

No entanto, as respostas dos jornalistas ao inquérito evidenciam alguma indiferença em relação à possibilidade de criar uma agenda dos cidadãos baseada nos problemas destes, que sirva de orientação às práticas jornalísticas do jornal (44,1% dos inquiridos não concorda, nem discorda com a criação dessa agenda). É importante sublinhar que 14,7% dos inquiridos concorda totalmente com esta agenda orientada pelos problemas dos cidadãos, e 29,4% concorda que de facto é preciso privilegiar no tratamento noticioso uma agenda com questões que se reflectem na vida das pessoas.

Uma referência final, no que diz respeito às práticas de construção noticiosa, tem de ser feita na perspectiva da aplicação dos valores notícia, dos critérios que determinam a importância que um facto ou acontecimento tem para ser noticiado. Neste cenário, a questão da proximidade emerge como uma das virtudes e das possibilidades da imprensa regional, sendo o valor que guia a construção noticiosa de grande parte das peças analisadas (1967; 55%). De certa forma, não é possível reflectir sobre o papel da imprensa regional, sem que a proximidade seja entendida enquanto uma especificidade deste tipo de imprensa, uma vez que os jornais regionais gozam de uma maior influência junto dos leitores de uma determinada área geográfica, o que por si só confere o carácter de proximidade noticiosa. Porém, no contexto de um jornalismo que pretende ser o elemento dinamizador de um espaço público e uma cidadania activa, aproximando-se nesse sentido dos cidadãos, a questão da proximidade extrapola o plano territorial e assume-se como fundamental do ponto de vista social.

De acordo com João Carlos Correia, a região acaba por se impor como um valor notícia que, por sua vez, se impõe aos restantes critérios de elaboração das notícias e de selecção dos factos. “Nesse sentido há um universo de pre-

ocupações que têm a sua vivência discursiva no campo dos *media* regionais e que só ganha consistência para o comum dos cidadãos nessas publicações” (1998, p. 7).

A proximidade é precisamente indicada, também pelos directores das publicações, enquanto o principal valor distintivo da imprensa regional em relação à imprensa de âmbito nacional. Nas palavras de Fernando Paulouro, director do Jornal do Fundão, a imprensa regional “cumpr[e] um papel muito importante ao nível da criação de identidades, na defesa de causas (...) e tudo isso deu-lhe de facto um papel muito importante na questão da coesão regional e na coesão social”. Esta ideia é partilhada por todos os directores e enfatizada pela directora do Jornal Região de Leiria, que não tem dúvidas “que a imprensa regional ainda consegue ir onde mais ninguém vai, que é o hiperlocal”. Pedro Costa, director do Jornal O Algarve, salienta no entanto que a proximidade é também “a forma como, os seus jornalistas, os seus responsáveis editoriais, conhecem a realidade que os rodeia e têm a capacidade de a contar, de a narrar aos leitores, aos leitores que vivem essas realidades, problematizando-a e não sendo um mero registo de “pombo-correio”.

A ideia de tentar mobilizar os cidadãos para a discussão em fóruns públicos dos temas considerados prioritários por estes, é entendida pela maioria dos jornalistas inquiridos como positiva para o jornal e para comunidade. Mas é preciso ter em conta que, se 50% dos inquiridos concorda totalmente com esse princípio e 14,7% concordam, não se podem desvalorizar os 17,6% de inquiridos que não concordam (2,9%) ou discordam totalmente (14,7%) com esta prática.

O recurso aos fóruns, entre as práticas subjacentes ao jornalismo público, é das mais criticadas pelos adversários desta corrente, precisamente pelo facto destes considerarem que essas práticas representam o abandono de concepções tradicionais de jornalismo como é o caso do distanciamento, levando a um envolvimento por parte dos jornalistas na defesa de causas comunitárias. No entanto, contrariando essa visão mais crítica, a quase totalidade dos jornalistas que responderam ao inquérito (91%), não consideram que essas práticas representem um desvio à objectividade e isenção jornalísticas.

Dos exemplos referidos pode-se concluir que uma parte dos jornalistas acredita numa agenda dos jornais orientada em parte pelos interesses dos cidadãos. Neste sentido, os inquiridos concordam com a realização de fóruns e debates abertos à sociedade civil com o objectivo de dinamizar a resolu-

ção de problemas das comunidades. Esta prática não constituiria, de acordo com os jornalistas inquiridos, um desvio à objectividade e isenção jornalísticas. Porém, de uma forma geral, este inquérito revela bem as tensões que se produzem no interior do campo jornalístico, nomeadamente entre o profissionalismo jornalístico tradicional centrado na ideia de isenção e de parcialidade e o compromisso cívico, o qual reclama pela participação dos jornalistas na vida comunitária, ao menos enquanto promotores de um debate.

Para se terminar a exposição dos principais dados já recolhidos e analisados até ao momento, enfatiza-se o tratamento da informação, sobretudo tendo em conta o campo da imprensa regional e as especificidades deste tipo de comunicação social. Conclui-se que os jornalistas continuam a entender que as principais funções do jornalismo regional são defender os interesses da região, mas também informar e esclarecer os cidadãos, respostas que, pelo menos parcialmente, fazem parte do cânone tradicional do jornalismo. Quanto às funções que representariam uma nova posição perante o jornalismo, no seguimento das teorias do jornalismo público, (designadamente permitir a participação alargada na tomada de decisões, contribuir para resolver problemas, fomentar o debate no seio da região, fomentar o debate público ou ideológico) são menos consideradas pelos jornalistas.

Os questionados quanto aos aspectos mais importantes para o funcionamento de uma democracia, os jornalistas indicam, de forma clara, a existência de cidadãos esclarecidos e a possibilidade de estes participarem activamente no debate público, como princípios fundamentais. Encontram-se aqui, de certa forma, os princípios que estão subjacentes aos movimentos do “jornalismo público”, designadamente a exigência de que a informação não é suficiente para a democracia, sendo necessário promover o debate sobre a mesma.

Conclusão

Focou-se neste trabalho a questão das práticas de construção noticiosa na imprensa regional, considerando que para fomentar e experimentar práticas jornalísticas que contribuam para reforçar o compromisso dos cidadãos com a comunidade e a deliberação democrática na esfera pública, numa perspectiva de fortalecimento da cidadania, é preciso conhecer primeiro a realidade

da imprensa regional e as suas possibilidades, face às sugestões de um movimento com práticas muito concretas como é o caso do jornalismo público. Identificou-se como traço geral discernível neste estudo a existência de uma tensão entre a valorização da cidadania e a participação dos leitores e o apego a valores profissionais que não são compatíveis com aquelas premissas típicas do jornalismo cívico.

O percurso proposto com a realização deste trabalho permitiu conhecer e extrair sinais de tensão e pontos de vista contraditórios. Nesse sentido, o privilégio conferido a uma construção noticiosa suportada por um estilo narrativo-descritivo, característico dos géneros informativos, nomeadamente das breves e das notícias, em vez de um estilo analítico-interpretativo, mais frequente nos géneros opinativos e em especial nos artigos de opinião; a minimização do espaço dedicado às cartas dos leitores, espaço por excelência para que os cidadãos possam expor os seus problemas e exercer uma cidadania activa; o privilégio conferido às fontes externas, ou seja, a uma construção noticiosa cuja informação resulta de uma informação planeada pelas fontes, evidenciando uma prática jornalística pouco activa; confrontam-se com a concordância com concepções participadas de democracia e com a consciência da necessidade da constituição de uma agenda mais plural e centrada nos cidadãos enquanto fontes e vozes das peças jornalísticas. Se é verdade que as práticas de construção noticiosa dos jornais ainda estão muito afastadas dos problemas das comunidades e dos cidadãos, sobretudo no que diz respeito à constituição de uma agenda mais plural e centrada nos cidadãos enquanto fontes e vozes das peças jornalísticas, também é verdade que jornalistas e directores têm consciência desse desfasamento e na necessidade de um caminho que o ajude a esbater.

O momento que se segue no âmbito do projecto, concretamente o estudo de opinião longitudinal, vai ser decisivo para aprofundar o conhecimento da realidade, percebendo aquilo que realmente preocupa os cidadãos, que assuntos gostariam de ver abordados no jornal e de que forma percebem a tão referida proximidade enfatizada por directores e jornalistas. Os dados desta primeira fase já foram recolhidos e estão neste momento a ser analisados. No entanto, como resultado da percepção decorrente na aplicação do questionário por telefone, pode-se antecipar que os leitores dos diferentes jornais ainda continuam a pensar nos jornais regionais enquanto espaço sobretudo de informação, sem real poder de intervenção e contribuição na resolução dos

problemas. Simultaneamente, consideram que devia ser dado mais espaço aos cidadãos e aos seus problemas. Os próprios directores entendem que “seguir aquilo que são os interesses e as preocupações do cidadão, isso para mim é uma garantia de sobrevivência, porque tenho a certeza que vou ser lida, e se for lida tenho a certeza que vou ter publicidade para sustentar o jornal”, como refere a Directora do Jornal Região de Leiria, Patrícia Duarte.

Assim, acredita-se que todo este trabalho desenvolvido no âmbito do projecto “Agenda dos Cidadãos” é fundamental para se caracterizar a imprensa regional, ao mesmo tempo que se avalia a possibilidade de se aplicar, neste contexto, algumas das potencialidades do jornalismo “público” ou “jornalismo cívico”, na perspectiva de saber em que medida se traduzem num reforço efectivo da deliberação democrática e da esfera pública.

Referências

- AMARAL, Vitor, *Os temas e as fontes na imprensa regional da cidade da Guarda*, Dissertação de Mestrado, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, 2006.
- BARDIN, Laurence, *Análise de conteúdo*, Lisboa, Edições 70, 1977.
- BORGES, Susana & CORREIA, João Carlos, *News media and cultural dialogue: Journalism and representation of strangeness*, Comunicação Apresentada na Secção de Jornalismo da 3ª Conferência Europeia de Comunicação em Hamburgo, entre os dias 12 e 16 de Outubro 2010, organizada pela European Communication Research and Education Association (ECREA).
- CASTELLANOS, Ana Maria Miralles, *Periodismo público: un reto a la construcción de opinión pública. Comunicación para construir lo público*, Revista do 12º Congresso Latino Americano de Estudantes de Comunicación Social, Bogatá, CAB, 2003.
- CORREIA, João Carlos, *Working with nationalism as ideology*, Revista Estudos de Comunicação, nº 3, 103-124, Abril de 2008. ISSN: 1646-4974 (Indexada no Directory of Open Source Journals, University of Lund)
- CORREIA, João Carlos, *Journalism and framing: a socio-cognitiv approach*, Comunicação proferida, no dia 19 de Junho 2010, em Braga na Secção

“Journalism Research and Education” no decurso da Conferência da International Association for Media and Communication Research .

COSTA, Paulo Celestino, *Jornalismo Público: por uma nova relação com os públicos*, Organicom, Ano 3 (4), pp. 127-141, 2006.

CRATO, Nuno, *Comunicação Social - A Imprensa*, Lisboa, Editorial Presença, 2002.

DAHLGREN, Peter & SPARKS, Colin, *Communication and Citizenship*, London, Routledge, 1991.

DEWEY, John, *The public and its problems*, Athens, Swallow, 1991.

GHIGLIONE, Rodolphe & MATALON, Benjamin, *O Inquérito*, Oeiras, Celta Editora, 1997.

GIDDENS, Anthony, *As consequências da modernidade*, 4ª edição, Oeiras, Celta editora, 2005.

HAAS, Tanni & STEINER, Linda, *Public journalism: a reply to critics in journalism*, London, Thousand Oaks, CA and New Delhi, Vol. 7(2), pp. 238-254, 2006.

HAAS, Tanni, *The pursuit of public journalism: theory, practice, and criticism*, New York, Routledge, 2007.

HABERMAS, Jürgen, *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.

MATHIEN, Michel, *Les journalistes et le système médiatique*, Paris, Hachette, 1992.

MESQUITA, Mário, *Tendências Comunitaristas no Jornalismo Cívico in TRAQUINA, Nelson & MESQUITA, Mário, Jornalismo Cívico*, Lisboa, Livros Horizonte, 2002.

NIP, Joyce, *Exploring the second phase of public journalism*, Journalism Studies, 7(2), pp. 212-236, 2006.

ROSSMAN, Gretchen & RALLIS, Sharon, *Learning in the Field: An introduction to qualitative research*, Thousand Oaks (California), Sage Publications, 2003.

SCHUDSON, Michael, *The Good Citizen: A History of American Civic Life*, Harvard Univ Press, 1999.

- SILVA, Marisa Torres, *A voz dos Leitores na Imprensa. Um estudo de caso sobre as “Cartas ao Director” no jornal Público*, Lisboa, Livros Horizonte, 2007.
- SOUSA, Jorge Pedro, *Introdução à análise do discurso jornalístico impresso: um guia para estudantes de graduação*, Florianópolis, Letras Contemporâneas, 2004.
- STRELOW, Aline, *Reflexões sobre Métodos de Pesquisa em Jornalismo e uma Proposta Oriunda do Campo in* BRAGA, José Luiz, MARTINO, Luiz Claudio & LOPEZ, Maria Immacolata Vassallo (Orgs.), *Pesquisa Empírica em Comunicação*, São Paulo, Paulus, 2010.
- TRAQUINA, Nelson, *Jornalismo Português em análise de casos*, Porto, Caminho, 2001.
- TRAQUINA, Nelson, *O estudo do jornalismo no século XX*, São Leopoldo, Editora Unisinos, 2002.
- TRAQUINA, Nelson. & MESQUITA, Mário (Orgs.), *Jornalismo Cívico*, Lisboa, Livros Horizonte, 2003.
- WOLF, Mauro, *Teorias da Comunicação*, Lisboa, Editorial Presença, 1987.
- YIN, Robert, *Case Study Research – Design and Methods*, London, Sage Publications, 1989.